

BRASIL-ESPANHA

Acôrdo para a supressão de vistos em passaportes comuns  
Concluído no Rio de Janeiro, por troca de notas, a 12 de agosto de  
1965.

Nota brasileira

Em 12 de agosto de 1965

DPp/DAI/ 50 /511.10(84)

Senhor Embaixador,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência  
que o Governo brasileiro está disposto a concluir com o Governo es-  
panhol um acôrdo para a supressão de vistos em passaportes comuns,  
nos seguintes têrmos:

- I - Os cidadãos brasileiros, seja qual fôr o país de seu domicílio ou residência, munidos de passaporte comum, válido, expedido pelas autoridades competentes do seu país, que desejem entrar na Espanha para permanência não superior a três meses, estão isentos de visto consular.
- II - Os cidadãos espanhóis, seja qual fôr o país de seu domicílio ou residência, munidos de passaporte comum, válido, expedido pelas autoridades competentes do seu país, que desejem entrar no Brasil, para permanência não superior a três meses, estão isentos de visto consular.
- III - Os cidadãos brasileiros e espanhóis que entrarem na Espanha e no Brasil sem visto e desejarem prolongar o prazo de permanência por mais de três meses, deverão solicitar a autorização correspondente as autoridades competentes.
- IV - Fica mantida a exigência do visto consular para os cidadãos brasileiros e espanhóis que entrem, respectivamente, em território espanhol e brasileiro, para estabelecerem residência definitiva ou exercerem qualquer atividade profissional, remunerada ou não.

- V - Os cidadãos do Brasil e da Espanha, munidos ou não de visto consular, desde que entrem no território do outro país, ficam sujeitos a observância das leis e regulamentos em vigor concernentes a entrada e permanência de estrangeiros nos respectivos países.
- VI - As autoridades competentes de cada um dos dois países reservam-se o direito de recusar a entrada ou estadia, nos respectivos territórios, de pessoas que considerem indesejáveis.
- VII - Qualquer um dos dois Governos poderá suspender temporariamente a execução do presente Acordo por motivo de ordem pública, devendo a suspensão ser imediatamente notificada ao outro Governo por via diplomática.

2. A presente nota e a de Vossa Excelência, .. de igual teor, constituem acôrdo entre nossos dois Governos sôbre a matéria, o qual entrará em vigor transcorridos sessenta dias a partir desta data, podendo a qualquer momento ser denunciado, cessando seus efeitos, nesse caso, seis meses após o recebimento da denúncia.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

a) Vasco T. Leitão da Cunha.

A Sua Excelência o Senhor Jaime Alba,  
Embaixador da Espanha no Brasil

Nota espanhola

Núm. 77

Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1965.

Señor Ministro:

Tengo la honra de comunicar a V.E. que el Gobierno español está dispuesto a concluir con el Gobierno brasileño un acuerdo para la supresión de visados en los pasaportes ordinarios,

en los términos que siguen:

- I - Los súbditos brasileños, sea cual fuese el país de su domicilio o residencia, provistos de pasaporte ordinario, válido, expedido por las autoridades competentes de su país, que deseen entrar en España para una permanencia no superior a tres meses, están exentos de visado consular.
- II - Los súbditos españoles, sea cual fuese el país de su domicilio o residencia, provistos de pasaporte ordinario, válido, expedido por las autoridades competentes de su país, que deseen entrar en Brasil para una permanencia no superior a tres meses, están exentos de visado consular.
- III - Los ciudadanos españoles y brasileños que hubieran entrado en Brasil y en España sin visado, y desearan prolongar el plazo de permanencia por más de tres meses, deberán solicitar la oportuna autorización de las autoridades competentes.
- IV - La formalidad del visado consular sigue siendo necesaria para los ciudadanos españoles y brasileños que entran respectivamente en territorio brasileño y español, para establecer su residencia definitiva o ejercer cualquier actividad profesional, remunerada o no.
- V - Los súbditos de España y Brasil, provistos o no de visado consular, quedan sujetos, desde el momento de su entrada en el territorio del otro país, a observar las leyes y reglamentos en vigor referentes a la entrada y permanencia de extranjeros en los respectivos países.
- VI - Las autoridades competentes de cada uno de los dos países, se reservan el derecho de rechazar la entrada o estancia, en los respectivos territorios, de las personas que consideren indeseables.
- VII - Cualquiera de los dos Gobiernos, podrá suspender temporalmente la ejecución del presente Acuerdo por causas de orden público, debiendo ser notificada la suspensión inmediatamente al otro Gobierno por vía diplomática.

2. La presente Nota y la de Vuestra Excelencia de igual tenor, constituyen acuerdo sobre la materia entre nuestros

dos Gobiernos, el cual entrará en vigor transcurridos sesenta días a partir de esta fecha. Dicho acuerdo puede ser denunciado en cualquier momento, cesando sus efectos, en este caso, seis meses después de haberse recibido la denuncia.

Aprovecho la oportunidad para reiterar a Vuestra Excelencia, Señor Ministro, las seguridades de mi más alta consideración.

Jaime Alba  
Embajador de España

Al Excmo. Señor Embajador  
Vasco Tristao Leitao da Cunha  
Ministro de Estado de Relaciones Exteriores  
de los Estados Unidos del Brasil  
Palacio Itamaraty  
RIO DE JANEIRO